

Carneiro, A. Henriques, 2003.

Evolução e controlo do ensino em Portugal. Da fundação da nacionalidade ao 1º Ministério da Instrução Pública.

Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/
Serviço de Educação e Bolsas, 545p.

Esta obra que acaba de ser publicada (Março de 2003) abre com um prefácio, de Rogério Fernandes. O seu autor é inspetor de profissão e, no dizer do prefaciador do trabalho, "não é propriamente um investigador académico. É um incansável pesquisador de materiais em que predominam fontes secundárias" (p. 8) e, um pouco mais à frente, afirma mesmo que a "sua escola histórica estará mais próxima do positivismo do que dos historiadores que têm na "Nova Escola" (sic) a sua raiz original (p.11).

Desta apresentação que nos é feita do autor e da leitura e dimensão da obra, levamos a aproximá-la das correntes historiográficas positivistas. Um trabalho desta dimensão e natureza exige rigor no que diz respeito à metodologia de investigação utilizada, ao levantamento das fontes, mesmo secundárias, à utilização rigorosa dos conceitos e à objectividade da escrita.

Numa altura em que se acentua o controlo sobre as escolas, em que tanto se fala de avaliação e de *rankings* é de assinalar com prazer a edição deste livro que, como o título indica, gira à volta do controlo e dos mecanismos utilizados para inspeccionar as escolas dos diferentes subsistemas de ensino português.

A obra em apreço estrutura-se em três partes fundamentais. A primeira, intitulada "O ensino sob a tutela da Igreja", depois de uma breve introdução onde é justificado o interesse pela problemática da inspecção, apresenta em quatro capítulos a educação desde a fundação da nacionalidade até ao

século XVII. A segunda, denominada "O Estado assume responsabilidades na difusão do ensino", composta por dois capítulos, trata do estudo do ensino no período pomalino. A terceira parte dirige-se directamente aos problemas do ensino no período compreendido entre a revolução liberal de 1820 e as vésperas da criação do primeiro ministério de Instrução Pública. Finalmente as conclusões, e a bibliografia (dividida em fontes arquivísticas; revistas, jornais, fascículos; diplomas oficiais; e autores/obras) completam o trabalho em análise, sendo-nos ainda prometido um 2º volume sobre a "Inspeção do ensino em Portugal, nos finais do século XIX e alvares do século XX".

A não existência no nosso país de estudos publicados sobre a temática da inspecção fazia antever que este trabalho fosse muito mais problematizante e que assentasse fundamentalmente no estudo dos normativos que, sobretudo a partir de finais do século XVIII, foram sendo publicados no sentido de um controlo sobre a educação e o ensino. Esperava-se também que fossem analisadas em separado as questões relativas aos diferentes níveis de ensino, já que se revestem de especificidade própria de forma a evitar afirmações destituídas de qualquer fundamento, como a que é feita na página 18: "A criação do 1º Ministério de Instrução Pública, em 1870, foi a circunstância que melhor correspondeu a essa expectativa, precisamente porque foi a partir de então que o controlo do ensino passou a ter uma existência institucional, que

interrompeu a forma inconsistente, indefinida e fortuita como a inspecção do ensino vinha sendo feita – sem estrutura própria, sem planos de actuação, sem pessoal especializado, sem objectivos pedagógicos ... Estava encontrada a "quebra de sequência" que faria interromper a pesquisa em curso. "A citação, propo-sitadamente longa, é exemplo do pouco rigor a que algumas vezes assistimos neste trabalho. A primeira tentativa de criar em Portugal o Ministério da Instrução em nada contribuiu para a criação de serviços inspectivos no nosso país, em nenhum nível de ensino.

A criação da inspecção para os diferentes níveis de ensino ocorreu em tempos diferentes, como aliás nos países europeus com uma tradição educativa semelhante à nossa, e está relacionada com a importância que os governos liberais atribuíam a estes níveis. No ensino liceal, por exemplo, e se entendermos a inspecção tal como foi definida no Simposium europeu realizado em Madrid, em Junho de 1985, sobre a Inspeção da Educação – "a instituição pela qual o Estado, através de um órgão técnico, profissionalizado e estável, comprova como se realiza o processo educativo em cada uma das instituições escolares" – ela só foi criada pelo Decreto de 14 de Outubro de 1880 e regulamentada em 20 de Setembro de 1882. E esta primeira experiência terminou com o Decreto de 3 de Março de 1892, assinado pelo ministro Dias Ferreira, por razões financeiras.

Relativamente ao ensino primário a reforma de D. António da Costa, em 1870, estabeleceria uma inspecção baseada em três princípios fundamentais:

- possibilidade de se converter a inspecção em assunto sério;
- necessidade de se aplicarem os inspectores exclusivamente às suas funções;
- possibilidade de ser a carreira inspectiva um incentivo para o magistério primário.

Só que o governo caiu antes de a reforma ser executada e em 1878, nova reforma do ensino primário é publicada e de novo se volta a falar de inspecção. Se não existem trabalhos publicados tratando exclusivamente esta problemática, há estudos recentes que parcialmente se lhe referem,

nos quais podemos colher indicações seguras sobre a evolução da inspecção naquele nível de ensino.

A inspecção do ensino industrial e comercial tem, também ela, os seus ritmos próprios e em 1884, por decreto de 3 de Janeiro, foi criada a inspecção deste subsistema, tendo sido nomeados como inspectores, em Maio do mesmo ano, os professores José Guilherme de Parada e Silva Leitão para a circunscrição do norte e Francisco da Fonseca Benevides para a circunscrição do sul.

A maior parte dos governos liberais preferiu sempre executar inspecções extraordinárias, por além de outros aspectos, serem mais baratas, a disporem de um corpo especializado e permanente de inspectores. Na década de 60 do século XIX procedeu-se a várias inspecções extraordinárias, nas escolas primárias de todo o país mas também nos liceus nacionais de Lisboa, Porto, Braga, Évora, Santarém e Coimbra. Na obra em análise o autor trata da inspecção extraordinária mandada fazer por Anselmo Braancamp às escolas primárias públicas, mas, inexplicavelmente, omite a que foi mandada fazer por Portaria de 18 de Junho de 1863 àqueles liceus nacionais de 1ª classe. E eram várias as razões invocadas para desencadear a inspecção extraordinária.

- as dúvidas e dificuldades sentidas na aplicação do Regulamento de 10 de Abril de 1860;

- tinha decorrido tempo suficiente para se fazer a avaliação daquele regulamento de forma a remediar as dificuldades sentidas na sua aplicação;

- seria necessário criar-se alguma estabilidade normativa.

Esta inspecção extraordinária produziu os respectivos relatórios que foram remetidos ao Conselho Geral de Instrução Pública para serem superiormente analisados e para que fossem propostas alterações ao Regulamento de 10 de Abril de 1860, que se encontram arquivados no IAN/TT, maço nº 3613. Ou seja, os serviços inspectivos, embora extraordinários, assumem objectivos que vão muito para além do mero controlo, podendo mesmo falar-se em funções de assessoria.

A. Henriques Carneiro, afirma que "as inspecções extraordinárias de 1863 e 1867 visavam exclusivamente as escolas do ensino primário. Aliás, tanto as normas como as considerações que foram feitas sobre a acção a desenvolver, nunca se referiram a intervenções noutros estabelecimentos de ensino e os relatórios dos inspectores não deixam dúvidas sobre isso, pois apenas referem situações relativas ao ensino elementar". Se os relatórios dos inspectores não deixam dúvidas, o historiador deve tê-las e só afirmar o que comprovou; para fazer história da educação e, aqui, em especial, a história da inspecção é absolutamente necessário começar pelas fontes primárias.

Ficamos a aguardar, com expectativa, o 2º volume prometido e esperamos que ele se revele um trabalho de investigação, pelo menos, mais profundo e atento e que abandone aquilo que foi abundantemente feito neste primeiro volume, a apresentação dos factos sem uma interpretação reflexiva e coerente, ou seja, que se afaste da chamada história de "cola e tesoura".

José Carlos Cruz